



Hudson do Vale de Oliveira | org.

ORGANIZAÇÕES PÚBLICAS, PRIVADAS E DA SOCIEDADE CIVIL

gestão, inovação e responsabilidade social

volume II



Pantanal Editora

2021

Hudson do Vale de Oliveira
Organizador

**Organizações públicas, privadas e da
sociedade civil:
gestão, inovação e responsabilidade social
volume II**



Pantanal Editora

2021

Copyright® Pantanal Editora
Copyright do Texto® 2021 Os Autores
Copyright da Edição® 2021 Pantanal Editora
Editor Chefe: Prof. Dr. Alan Mario Zuffo
Editores Executivos: Prof. Dr. Jorge González Aguilera
Prof. Dr. Bruno Rodrigues de Oliveira

Diagramação: A editora

Edição de Arte: A editora. Imagens de capa e contra-capa: Canva.com

Revisão: O(s) autor(es), organizador(es) e a editora

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Adailson Wagner Sousa de Vasconcelos – OAB/PB
- Profa. Msc. Adriana Flávia Neu – Mun. Faxinal Soturno e Tupanciretã
- Profa. Dra. Albys Ferrer Dubois – UO (Cuba)
- Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – IF SUDESTE MG
- Profa. Msc. Aris Verdecia Peña – Facultad de Medicina (Cuba)
- Profa. Arisleidis Chapman Verdecia – ISCM (Cuba)
- Prof. Dr. Bruno Gomes de Araújo - UEA
- Prof. Dr. Caio Cesar Enside de Abreu – UNEMAT
- Prof. Dr. Carlos Nick – UFV
- Prof. Dr. Claudio Silveira Maia – AJES
- Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – UFGD
- Prof. Dr. Cristiano Pereira da Silva – UEMS
- Profa. Ma. Dayse Rodrigues dos Santos – IFPA
- Prof. Msc. David Chacon Alvarez – UNICENTRO
- Prof. Dr. Denis Silva Nogueira – IFMT
- Profa. Dra. Denise Silva Nogueira – UFMG
- Profa. Dra. Dennyura Oliveira Galvão – URCA
- Prof. Dr. Elias Rocha Gonçalves – ISEPAM-FAETEC
- Prof. Me. Ernane Rosa Martins – IFG
- Prof. Dr. Fábio Steiner – UEMS
- Prof. Dr. Gabriel Andres Tafur Gomez (Colômbia)
- Prof. Dr. Hebert Hernán Soto Gonzáles – UNAM (Peru)
- Prof. Dr. Hudson do Vale de Oliveira – IFRR
- Prof. Msc. Javier Revilla Armesto – UCG (México)
- Prof. Msc. João Camilo Sevilla – Mun. Rio de Janeiro
- Prof. Dr. José Luis Soto Gonzales – UNMSM (Peru)
- Prof. Dr. Julio Cezar Uzinski – UFMT
- Prof. Msc. Lucas R. Oliveira – Mun. de Chap. do Sul
- Prof. Dr. Leandris Argentele-Martínez – Tec-NM (México)
- Profa. Msc. Lidiene Jaqueline de Souza Costa Marchesan – Consultório em Santa Maria
- Prof. Msc. Marcos Pisarski Júnior – UEG
- Prof. Dr. Mario Rodrigo Esparza Mantilla – UNAM (Peru)
- Profa. Msc. Mary Jose Almeida Pereira – SEDUC/PA
- Profa. Msc. Nila Luciana Vilhena Madureira – IFPA
- Profa. Dra. Patrícia Maurer
- Profa. Msc. Queila Pahim da Silva – IFB
- Prof. Dr. Rafael Chapman Auty – UO (Cuba)
- Prof. Dr. Rafael Felipe Ratke – UFMS
- Prof. Dr. Raphael Reis da Silva – UFPI

- Prof. Dr. Ricardo Alves de Araújo – UEMA
- Prof. Dr. Wéverson Lima Fonseca – UFPI
- Prof. Msc. Wesclen Vilar Nogueira – FURG
- Profa. Dra. Yilan Fung Boix – UO (Cuba)
- Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – UFT

Conselho Técnico Científico

- Esp. Joacir Mário Zuffo Júnior
- Esp. Maurício Amormino Júnior
- Esp. Tayronne de Almeida Rodrigues
- Esp. Camila Alves Pereira
- Lda. Rosalina Eufrausino Lustosa Zuffo

Ficha Catalográfica

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
O68	Organizações públicas, privadas e da sociedade civil [livro eletrônico]: gestão, inovação e responsabilidade social: volume II / Organizador Hudson do Vale de Oliveira. – Nova Xavantina, MT: Pantanal, 2021. 85p.
	Formato: PDF
	Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
	Modo de acesso: World Wide Web
	ISBN 978-65-88319-49-9
	DOI https://doi.org/10.46420/9786588319499
	1. Administração de empresas. 2. Inovação. 3. Responsabilidade social. I. Oliveira, Hudson do Vale de.
	CDD 354
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

O conteúdo dos e-books e capítulos, seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva do(s) autor (es) e não representam necessariamente a opinião da Pantanal Editora. Os e-books e/ou capítulos foram previamente submetidos à avaliação pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação. O download e o compartilhamento das obras são permitidos desde que sejam citadas devidamente, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais, exceto se houver autorização por escrito dos autores de cada capítulo ou e-book com a anuência dos editores da Pantanal Editora.



Pantanal Editora

Rua Abaete, 83, Sala B, Centro. CEP: 78690-000. Nova Xavantina – Mato Grosso – Brasil.
 Telefone (66) 99682-4165 (Whatsapp).
<https://www.editorapantanal.com.br>
contato@editorapantanal.com.br

APRESENTAÇÃO

O segundo volume da obra “Organizações Públicas, Privadas e da Sociedade Civil: Gestão, Inovação e Responsabilidade Social” traz cinco capítulos com reflexões que se inserem na dinamicidade com que a sociedade se modifica e, conseqüentemente, exige das organizações – sejam elas públicas, privadas ou da sociedade civil – o desenvolvimento de práticas e de ações que sejam condizentes com as demandas que surgem continuamente, inclusive potencializadas pelo contexto pandêmico.

Neste sentido, o primeiro capítulo, “A Emergência da Proposta Brasileira de Renda Básica Universal ou Renda Mínima e seu Impacto Socioeconômico”, apresenta dados e reflexões acerca da implementação de uma proposta brasileira de renda básica universal, analisando, à luz de diferentes aspectos, o impacto dessa implementação sobre a sociedade e a economia.

Na esteira da gestão em organizações públicas, o segundo capítulo, “Pregão Eletrônico do IFRN / Campus Pau dos Ferros: Análise sob a Ótica da Gestão de Processos em Licitações Públicas”, analisa as fases do processo licitatório, com base na aquisição de materiais para a efetivação de um programa institucional.

Com o título “Ordem Cronológica de Pagamentos no Setor Público à luz da Resolução nº 032/2016, TCE-RN: o caso de Caraúbas/RN”, no terceiro capítulo os autores trazem reflexões acerca das alterações ocorridas no dia a dia da atuação não só dos servidores públicos, mas também dos prestadores de serviços e/ou fornecedores do município de Caraúbas/RN, assim como na relação entre eles, quando da publicação da resolução em questão.

No quarto capítulo, “Educação Especial na Perspectiva Inclusiva no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima: Entre Normas e Desafios Práticos”, as autoras buscam analisar, por meio dos documentos institucionais, as ações e as proposições relacionadas à inclusão.

Intitulado “Inovação Social e Cooperativismo: O Caso da Cooperativa de Empreendimentos Solidários em Boa Vista, Roraima”, no quinto capítulo os autores buscam identificar e descrever ações de inovação social em uma cooperativa do município de Boa Vista/RR, utilizando como base o quadro de dimensões que foi desenvolvido por Tardif e Harrisson (2005).

Por meio dos cinco textos apresentados, e ratificando o objetivo do primeiro volume desta obra, convidamos você, não apenas para a leitura dos textos, mas também, sobretudo, para contribuir com os debates e às reflexões acerca das organizações, independentemente de serem públicas, privadas ou da sociedade civil, nos mais diferentes contextos.

Hudson do Vale de Oliveira


SUMÁRIO

Apresentação	4
Capítulo I.....	6
A Emergência da Proposta Brasileira de Renda Básica Universal ou Renda Mínima e seu Impacto Socioeconômico	6
Capítulo II	22
Pregão eletrônico do IFRN/ <i>Campus</i> Pau dos Ferros: análise sob a ótica da gestão de processos em licitações públicas	22
Capítulo III.....	41
Ordem Cronológica de Pagamentos no Setor Público à luz da Resolução nº 032/2016, TCE-RN: o caso de Caraúbas/RN	41
Capítulo IV	59
Educação Especial na Perspectiva Inclusiva no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima: Entre Normas e Desafios Práticos	59
Capítulo V.....	68
Inovação Social e Cooperativismo: O caso da Cooperativa de Empreendimentos Solidários em Boa Vista, Roraima	68
Índice Remissivo.....	84
Sobre o organizador.....	85


Inovação Social e Cooperativismo: O caso da Cooperativa de Empreendimentos Solidários em Boa Vista, Roraima¹


Recebido em: 25/01/2021

Aceito em: 29/01/2021

 10.46420/9786588319499cap5

Mary Lucia Silva Perim²

Hudson do Vale de Oliveira^{3*} 

Marli Gisieli da Silva Aquino Peletir⁴ 

Verçulina Firmino dos Santos⁵

INTRODUÇÃO

A busca por melhores condições de vida, trabalho e renda, novas estruturas ou relações sociais, são alguns dos pontos que os estudos sobre inovação social abordam. Esta compreensão pode ser reconhecida, principalmente, pelas transformações geradas em âmbito social e econômico e está relacionada com as premissas pregadas pelo cooperativismo, especialmente os empreendimentos de Economia Solidária, foco deste estudo.

Tais empreendimentos apontam que o caminho da solidariedade, da cooperação, da autogestão, da oportunidade de trabalho e renda para todos são alternativas para a inclusão dos indivíduos na sociedade. Nesta perspectiva, estes empreendimentos visam à emancipação de seus integrantes tornando-se espaços propícios para que a inovação social se manifeste e dissemine-se.

A escolha do tema considera que a inovação social e cooperativismo ainda é assunto pouco explorado nas cooperativas de empreendimentos solidários da Amazônia. Tal assertiva é baseada em pesquisas realizadas ao banco de dados da Capes. Sendo assim, ganha relevância ao buscar responder as demandas suscitadas em pesquisas científicas da área. Socialmente almeja-se contribuir para a disseminação das ações desenvolvidas por tais empreendimentos, que acarretam impactos positivos para a transformação social e econômica das pessoas e das localidades onde estão inseridos.

¹ Versão preliminar do artigo publicado nos Anais do VIII Congresso da Associação Portuguesa de Economia Agrária (ESADR) e versão melhorada publicada na Revista de Administração de Roraima (RARR), v. 6, n. 3, p. 698-717.

² Graduada em Administração; Especialista em Gestão de Cooperativas e Mestra em Desenvolvimento Regional da Amazônia (PPG-DRA) pela Universidade Federal de Roraima (UFRR).

³ Doutorando em Administração pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC); Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR) / *Campus* Boa Vista Zona Oeste (CBVZO).

⁴ Graduada em Administração de Empresas; Especialista em Gestão Empresarial; Especialista em Gestão de Cooperativas pela Universidade Federal de Roraima (UFRR).

⁵ Graduada em Administração; Doutora em Ciências Empresariais; Professora do Curso de MBA em Gestão de Cooperativas e do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Roraima (UFRR).

* Autor de correspondência: hudson.oliveira@ifrr.edu.br

Assim, buscando maior compreensão da inovação social em cooperativa de empreendimentos solidários, este estudo buscou responder a seguinte questão: como e em quais dimensões a inovação social se manifesta nas ações da Cooperativa de Empreendimentos Solidários do Município de Boa Vista?

Para tanto, o objetivo geral foi identificar as cinco dimensões de inovação social na Coofecs, fundamentando-se no quadro de dimensões de análise da inovação social elaborado por Tardif et al. (2005). Especificamente, buscou-se identificar e descrever as ações de inovação social da Coofecs; verificar a importância destas ações, na percepção das cooperadas, para a comunidade onde a Coofecs está inserida; e analisar se houve transformações e melhorias na qualidade de vida das cooperadas da Coofecs.

Buscando a melhor compreensão para as questões levantadas, quanto ao nível ou objetivo o estudo se caracterizou como descritivo. Quanto aos procedimentos operacionais, realizou-se pesquisa bibliográfica por meio de fontes disponíveis que tratam do tema abordado. Também foi realizado um estudo de caso que, para Yin (2005), é uma pesquisa empírica de um acontecimento atual, dentro de um contexto conhecido, que não se avistam claramente os limites entre o fenômeno estudado e o contexto no qual ele pode ser examinado. Utilizou-se, ainda, de uma abordagem qualitativa.

A coleta de dados deu-se por meio das técnicas de observação direta, entrevista semiestruturada e aplicação de um questionário com perguntas abertas e fechadas. A entrevista semiestruturada foi realizada com a presidente da Coofecs, quando também ocorreu a aplicação dos questionários para as 20 cooperadas do empreendimento. Foram validados 12 questionários, os quais foram numerados de 01 a 12 para a realização da análise.

A entrevista foi gravada com recurso de áudio e transcrita em editor de textos. Utilizou-se de análise de conteúdo. O roteiro de entrevista com a presidente da cooperativa e o questionário aplicado às cooperadas foi adaptado de Maurer (2011) e Souza (2014). Os dados coletados foram analisados a partir da ênfase dada pelos cinco elementos de dimensões de inovação social concebido por Tardif e Harrison (2005), que são: transformações, caráter inovador, inovação, atores e processo, adicionando, ainda, a classificação de Rollin et al. (2007), na dimensão atores.

COOPERATIVISMO E ECONOMIA SOLIDÁRIA

O cooperativismo foi originalmente introduzido no Brasil por imigrantes europeus, no final do século XIX, principalmente nas regiões Sul e Sudeste, como estratégia para superar as situações de flagrante desamparo em que viviam. Nesta época surgiram as cooperativas de consumo, as de crédito e as agropecuárias, localizadas principalmente no Rio Grande do Sul, São Paulo e Rio de Janeiro (Gaiger, 2013).

Ainda conforme Gaiger (2013), nas décadas de 1950 e 1960 houve a expansão das cooperativas de consumo e devido à concentração de apenas 45% da população em áreas urbanas, as cooperativas de crédito e serviços eram mais ativas que as do setor agropecuário.

O modelo socioeconômico do cooperativismo, segundo a Organização das Cooperativas Brasileiras (2020), objetiva o desenvolvimento econômico ligado ao bem-estar social. Seus princípios são a adesão voluntária e livre, gestão democrática, participação econômica dos membros, autonomia e independência, educação, formação e informação, intercooperação e interesse pela comunidade.

Na opinião de Simioni et al (2009), o cooperativismo no Brasil possui diferentes situações em que algumas cooperativas apresentam situação econômica estável, outras ainda procurando estabilidade e algumas em decadência. Destacam, ainda, que as causas dos problemas podem estar ligadas à falta de adequação às mudanças, aos avanços tecnológicos, à falta de lealdade e fidelidade à organização e aos problemas econômicos ocorridos no país nos últimos anos.

Araújo (2015) pondera que nos momentos de crises históricas do capitalismo, foi surgindo o conceito de economia solidária a partir de diferentes atores e aspectos diversos tais como: associações, cooperativas, vilas comunitárias, fábricas coletivas entre outros.

Azevedo, Alió et al. (2016) consideram que a economia solidária no Brasil se efetivou de maneira sociopolítica e como matéria central de políticas públicas e ações governamentais, em um momento de transformações nas estruturas sociais, econômicas e políticas.

Conforme Arcanjo et al. (2012), a economia solidária se configura como uma forma de produção, consumo e distribuição de riqueza, que foca na valorização do ser humano e não do capital. Possui alicerce associativista e cooperativista, visa à produção, o consumo e a comercialização de bens e serviços de forma autogestionária e igualdade entre os membros.

Arcanjo et al. (2012) afirmam que como alternativa ao modo capitalista de organizar as relações sociais e como defesa à exploração do trabalho humano, a economia solidária suscitou novas práticas de relações econômicas e sociais que, de imediato, propiciam a sobrevivência e a melhora da qualidade de vida de milhões de pessoas em diferentes partes do mundo.

Os empreendimentos cooperativos de economia solidária no Brasil cresceram muito nos últimos anos, principalmente, segundo Gaiger (2015), na década de 1990, como resposta às discrepâncias geradas pelo capitalismo e pelas iniciativas econômicas levantadas por sua natureza associativa e suas práticas de cooperação e autogestão.

Singer (2003) acredita que é possível o ser humano desenvolver relações que vão além da divisão internacional do trabalho, e que a autogestão é condição básica para que um empreendimento seja caracterizado como de economia solidária. Defende, ainda, que o que também caracteriza este tipo de empreendimento é o apoio dado desde o seu início por meio de universidades, instituições religiosas, empresas e outros agentes.

Arcanjo et al. (2012) asseguram que, em regra, as pessoas em situação de exclusão pelo sistema capitalista, seja por idade, grau de instrução, falta de oportunidades, ou outra qualquer situação limitadora,

são o público alvo da economia solidária. Afirmam, ainda, que as iniciativas da economia solidária oferecem alternativas viáveis para a geração de trabalho e renda e satisfação das necessidades, confirmando que é possível organizar a produção e a reprodução da sociedade de forma a extinguir as desigualdades materiais e expandir os valores da solidariedade humana.

INOVAÇÃO SOCIAL

Existem estudos que mostram diversos tipos de inovação. Antes de se abordar diretamente o tema inovação social, faz-se necessário explicar o que é inovação. Bignetti (2011) afirma que tradicionalmente a inovação está ligada ao ganho econômico e ao lucro. Para o autor, esta compreensão está vinculada diretamente às abordagens schumpeterianas que consideram a inovação como sendo um modo original de fazer determinada coisa, em que se obtenha resultados econômicos.

A inovação social, tema abordado neste artigo, foi mencionada pela primeira vez, segundo Cloutier (2003), em 1970, nos estudos de James B. Taylor e Dennis Gabor.

Taylor (1970) usou o termo para referir-se ao tipo de inovação que apresenta um novo jeito de se fazer coisas, com o intuito de causar transformação/benefício social e a satisfação de necessidades humanas, se contrapondo, principalmente, à pobreza e à criminalidade, tendo como tema central as necessidades humanas.

A inovação social, para Soares (2014), trata do desenvolvimento de novos produtos, processos e serviços que gerem inclusão social, trabalho e renda e, principalmente, melhorem a qualidade de vida das pessoas/grupos.

André et al. (2006) discorrem que inovação social é um processo de transformação e ruptura com normas, regras e valores, que implica em nova maneira de pensar ou fazer, com intenção de gerar inclusão, capacitação, cooperação e transformação social, podendo ser compreendida como opção diante dos processos tradicionais.

Oliveira (2011) avalia que a inovação social pode acontecer por meio de novos arranjos sociais alternativos que geram a inclusão social por intermédio da inserção produtiva e geração de empregos. Maurer (2011) conclui que os atores aprendem novos conhecimentos e habilidades, ocorrendo um intercâmbio de informações e de formação, o que leva, então, à geração de novas regras e de novos padrões sociais.

Tardif et al. (2005) defendem que a inovação social é uma resposta dada por iniciativa de atores que buscam atender a uma determinada necessidade, criar soluções, aproveitar oportunidades com o intuito de transformar ou modificar ações, relações sociais ou culturais. Destacam, ainda, que acontece uma mesclagem entre as identidades, normas e valores individuais resultando em uma aprendizagem coletiva.

DIMENSÕES DE ANÁLISE DAS INOVAÇÕES SOCIAIS

Segundo Maurer (2011), o *Centre de Recherche sur les Innovations Sociales* (CRISES) é um centro de pesquisa, que se destaca mundialmente na análise das inovações sociais, com estudos de caráter multidisciplinar, e compreende sete instituições de ensino no Canadá. No Brasil, conforme Fleury (2011), quem se destaca é o Observatório de Inovação Social da Fundação Getúlio Vargas, que afirma que a inovação social possui a capacidade de transformar as relações de poder na esfera social, o que provoca a ampliação da cidadania e a inclusão social.

Souza et al. (2014) afirmam que foram os pesquisadores Tardif et al. (2005) que, depois de terem examinado 49 artigos desenvolvidos por membros do CRISES, elaboraram um quadro de dimensões de análise da inovação social, denominado Enciclopédia Conceitual de Inovação do CRISES, no qual estudou-se sobre inovações sociais em três eixos principais: trabalho e emprego, condições de vida e território.

No quadro elaborado por Tardif et al. (2005), classificou-se cinco dimensões de análise da inovação social, correspondente as seguintes categorias principais: Transformações, Caráter Inovador, Inovação, Atores e Processos (Quadro 1), as quais foram adotadas neste estudo.

Quadro 1. Enciclopédia Conceitual de Inovação do CRISES (As dimensões de análise de uma inovação social). Fonte: Adaptado de Tardif et al. (2005).

Dimensão TRANSFORMAÇÕES	Dimensão CARÁTER INOVADOR	Dimensão INOVAÇÃO	Dimensão ATORES	Dimensão PROCESSOS
Contexto macro/micro Crise Ruptura Descontinuidade Modificações Estruturais Econômico Emergência Adaptações Relações do trabalho/ produção/consumo Social Recomposição Reconstrução	Modelo De trabalho De desenvolvimento De governança Quebec Economia Do saber/ Conhecimento Mista Social Ação Social Tentativas Experimentos	Escala Local Tipos Técnica Sociotécnica Social Organizacional Institucional Finalidade Bem comum Interesse geral Interesse coletivo Cooperação	Sociais Movimentos cooperativos, comunitários, associativas Sociedade civil Sindicatos Organizacionais Empresas Organizações economia social Organizações coletivas	Modos de coordenação Avaliação Participação Mobilização Aprendizagem Meios Parcerias Integração Negociação <i>Empowerment</i> Difusão Restrições Complexidade

Exclusão/ Marginalização Prática Mudanças Relações Sociais	Políticas Programas Arranjos Institucionais Regulamentação Social		Destinatários Instituições Estado Identidade Valores e normas Intermediários Comitês Redes sociais de aliança/de inovação	Incerteza Resistência Tensão Compromisso Rigidez Institucional
--	--	--	--	---

A *dimensão transformações* é identificada, conforme Tardif et al. (2005), em um contexto de mudanças, que podem ser econômicas ou sociais, enfatizando-se as crises, rupturas e discontinuidades, que podem ocorrer em contexto local, regional ou nacional. Para os autores, as transformações sociais podem acarretar a reestruturação e reconstrução dos vínculos sociais, demandando novas práticas sociais, suscitando um ambiente propício para o surgimento da inovação social.

A *dimensão caráter inovador*, de acordo com Tardif et al. (2005), trata das inovações que se estabelecem como respostas dadas pelos atores às crises. Levando em conta o meio em que surgem, são consideradas soluções inovadoras, inéditas e exigem novos arranjos institucionais e normas sociais, e são chamadas na fase de implantação, de tentativas e experimentos. Programas ou políticas públicas podem apoiar, promover ou criar restrições a emergência de novas práticas sociais e econômicas.

Ainda, segundo Tardif et al. (2005), existem três ângulos de análise para essa inovação que são: Modelo, que diz respeito às ações sociais; Economia, que trata do tipo pretendido pela inovação social; e, Ação, que abrange as iniciativas, os experimentos e tentativas que levam à inovação.

Na *dimensão Inovação*, Tardif et al. (2005) fazem a diferenciação de vários tipos de experimentos em inovação social em:

- a) Técnica: aquela inovação que faz uso da tecnologia com o intuito de melhorar a vida das pessoas;
- b) Sociotécnica: que abrange o interesse organizacional em função das exigências sociais;
- c) Social: diz respeito às inovações que são desenvolvidas por atores da sociedade civil;
- d) Organizacional: gerada pelas organizações; e,
- e) Institucional: criada por atuação do Estado.

Para os autores Tardif e Harrisson (2005), a intenção da inovação social dentro desta dimensão tem por finalidade o bem comum, o interesse geral e coletivo, e, ainda, a cooperação.

Na *dimensão Atores*, Tardif et al. (2005) descrevem que, devido à multiplicidade de interesses e particularidades individuais dos sujeitos, a inovação aqui é um processo de aprendizagem coletivo e que o objetivo final é a cooperação, seja o envolvimento nas negociações, nos acordos formais e/ou nas parcerias, com o intuito de gerar adequada governança.

Na *dimensão Processos*, Tardif et al. (2005) analisam o impacto do projeto de inovação social, dos modos de coordenação, dos meios envolvidos e das restrições a sua implantação. Tratam da mobilização e a participação de atores e suas complexidades, a incerteza da dinâmica, as resistências, tensão dos atores, as limitações institucionais, os meios pelos quais se estabelece a inovação.

Existe, ainda, a classificação de Rollin et al. (2007) que diverge um pouco de Tardif e Harrison na dimensão atores, pois aqueles classificam apenas em sociais, privados, públicos e a parceria entre atores, sendo que esta classificação acontece da seguinte forma: titulares da ideia; financiadores; apoiadores ou parceiros; e usuários. Os titulares da ideia são os que criam ou desenvolvem a ideia de uma inovação social; financiadores são os que financiam o processo de inovação social, podendo ser do setor privado ou público; apoiadores ou parceiros, acompanham, apoiam ou divulgam a inovação social; e os usuários ou proprietários são os que se beneficiam com a inovação social.

APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Locus da pesquisa: a coofecs

Por meio de um projeto de iniciativa do Governo do Estado de Roraima, foi criado, em 1995, o Centro de Produção Comunitário (CPC), no bairro Santa Tereza, na cidade de Boa Vista, com o intuito de agrupar mulheres para desenvolverem atividades de costura e artesanato. Este Centro iniciou suas atividades com a adesão de 10 mulheres, que receberam, por meio do SENAI, treinamento de corte e costura e por meio do SEBRAE, treinamento de administração de uma pequena empresa. O Governo do Estado financiou 13 máquinas de costura, um ferro a vapor e uma máquina para corte que, após 2 anos, foram pagos com recursos oriundos do trabalho do grupo.

Passado algum tempo, tomaram a iniciativa de transformar o Centro de Produção Comunitário em Associação. No dia 18 de junho de 2009, devido às necessidades de expansão do negócio, entre outras, nasceu a Cooperativa de Empreendimentos Solidários do Município de Boa Vista (Coofecs), a qual acolheu três núcleos de Economia Solidária: Associação Mãos Amigas, Agremiação Folclórica Feras do Amazonas e Mulheres Aliança.

A principal atividade é a confecção de fardamento escolar, fardamento profissional e empresarial, camisetas, roupa social, roupa esporte, indumentária/fantasia. Aceita encomenda de peças avulsas e

também realiza reparos em roupas, além do reaproveitamento de restos de tecidos para a confecção de bolsas e tapetes. Produz também peças com aplicação de serigrafia.

Os demais produtos confeccionados pelas cooperadas são expostos em balcões de vidro e prateleiras. Há, ainda, algumas peças expostas em manequins de plástico. As encomendas e as vendas são realizadas diretamente pelas cooperadas, que atendem a comunidade na sede do empreendimento. O processo de produção das peças é organizado de maneira coletiva.

A Coofecs possui, atualmente, 20 cooperadas. Do total das cooperadas, 50% têm de 41 a 50 anos e 30% têm mais de 50 anos de idade. Assim, pode-se inferir que a idade elevada é mais um fator agravante de exclusão do mercado formal de trabalho, conforme Moisés (2009).

DIMENSÕES DE ANÁLISE DE INOVAÇÃO SOCIAL NA COOFECs

Dimensão transformações

A região onde o empreendimento está localizado se caracteriza como um bairro periférico da cidade de Boa Vista, e apresenta desigualdades sociais, em que a pobreza e o desemprego são uma realidade constante. Os moradores do bairro estavam em constante busca de alternativas para sanar suas dificuldades de trabalho e renda.

As donas de casa da região confeccionavam peças de vestuário em geral em suas próprias casas, sob encomenda, para a comunidade local, como forma de se sustentarem ou aumentar a renda familiar. A pesquisa revelou que o contexto do bairro, antes da formação da Coofecs, era de muitas dificuldades, não oferecia alternativas para ocupação das mulheres e para a geração de renda. Não havia costureira profissional para fazer o fardamento escolar e isso gerava muitas dificuldades para todos.

Tardif et al. (2005) se referem à condição de desemprego e exclusão social como um contexto de descontinuidade. O contexto de formação da Coofecs, na condição de organização, surgiu da iniciativa do governo do Estado em formar Centros de Produção Comunitária (CPC), posteriormente criou-se a associação e, a partir das atividades da associação, elas sentiram-se capazes de atuar em conjunto, e, então, optaram por formalizar a cooperativa.

Para que pudessem se desenvolver profissionalmente, foram em busca de conhecimento e informação:

Por meio do projeto do governo do Estado foi criada a associação. Depois foi realizada parceria com o Senai e o Sebrae. O Senai ministrou cursos de corte e costura e o Sebrae curso de administração de pequenas empresas. Tivemos ainda o apoio da Universidade Federal de Roraima, através da incubadora, que também contribuiu com o projeto para o financiamento das máquinas, e com as placas da fachada do empreendimento (Silva, presidente da Coofecs, 2016).

Observa-se que existe um contexto de mudanças econômicas e sociais, acarretando geração de renda e reestruturação dos vínculos sociais, demandando novas práticas sociais, suscitando um ambiente propício para o surgimento da inovação social; identifica-se, portanto, a dimensão transformações, pois se percebe o contexto de crise, modificações estruturais, emergência, exclusão, adaptações.

Isso está de acordo com o que Tardif et al. (2005) asseguram quando dizem que, por meio da adoção de novas práticas, pode ocorrer reestruturação e/ou reconstrução dos vínculos sociais, sejam relações de trabalho, produção ou consumo, modificações nas relações sociais, inclusive entre gêneros, estimulados ou não pelo contexto existente. Podem ocorrer mudanças nos contextos “macro” e “micro” que ocasionam impactos tanto nas estruturas econômicas quanto nas sociais, ambas em termos “macro” e “micro”.

Dimensão caráter inovador

Diante da situação de falta de renda e ocupação para a comunidade na qual está inserida, a Coofecs tem se destacado como alternativa para a geração de renda e trabalho e também aprendizado para as mulheres do bairro. Assim, percebendo a necessidade de gerar novas aprendizes, vem desenvolvendo um trabalho de formar novas costureiras que, por meio do aprendizado coletivo, quem sabe mais repassa seus conhecimentos às outras.

A pesquisa revelou que a Coofecs busca profissionalizar as pessoas interessadas em aprender o ofício da costura. Conforme a presidente da cooperativa, as pessoas (jovens e adultos) da comunidade que demonstram interesse pelas atividades desenvolvidas no empreendimento, mas que não possuem habilidades com a costura, passam por um treinamento na própria cooperativa, no qual aprendem tudo que diz respeito a tal atividade. A pesquisa revelou que os cursos são, prioritariamente, oferecidos para beneficiar as pessoas moradoras do bairro.

Quando a pessoa procura o empreendimento é acolhida e passa por um processo de socialização, em que a presidente da cooperativa explica como é a forma de trabalho coletivo, o que é cooperativismo e os princípios da Economia Solidária. Tudo isso é novo e surpreendente para quem não vislumbrava uma oportunidade de mudança de vida. A partir deste aprendizado, novas cooperadas estão prontas para continuar desenvolvendo as atividades e, assim, garantindo o futuro do empreendimento e uma profissão, o que possibilita a inserção no mercado de trabalho, ocupação e renda.

Observou-se que os atores resolveram transformar o modo de fazer as coisas, para sair da situação de crises e resolver as dificuldades existentes, resultando em uma melhoria palpável diretamente para os envolvidos. Isso vai ao encontro do pensamento de Tardif et al. (2005) quando afirmam que, para uma inovação ser considerada “nova”, há a necessidade de ser inédita nos locais onde são desenvolvidas e tenham a intenção de resolver os problemas existentes.

Identificou-se, portanto, no contexto da Coofecs, a dimensão de caráter inovador, pois despertou o interesse de diversas pessoas da comunidade em aprender o ofício ou melhorar o que já sabiam para, assim, participar das atividades do empreendimento. Percebeu-se, ainda, que houve uma nova forma de organização do trabalho e aprendizagem e, também, houve tentativas, experimentos e institucionalização das ações de inovações sociais.

Dimensão inovação

Ao longo da trajetória da Coofecs, nota-se que sua principal finalidade sempre foi de agrupar e organizar as mulheres locais, que antes não trabalhavam ou trabalhavam de forma independente, com o intuito de geração de renda e trabalho. Porém, também promove atividades que visam o desenvolvimento local.

Além de gerar benefícios socioeconômicos, atua também como mediadora entre os parceiros (CONAB e SESI) e várias famílias carentes da comunidade, arrecadando e distribuindo alimentos, contribuindo, assim, para o atendimento das necessidades básicas da coletividade local.

Aproximadamente 60 famílias de baixa renda do bairro são cadastradas na Coofecs para receberem as doações dos parceiros CONAB e SESI. A Coofecs entra em contato com estas famílias e faz a distribuição dos donativos. A presidente da Coofecs afirma que quem recebe as doações são pessoas que não têm emprego, ou que não tem outra renda fixa e estão ligadas a alguma das cooperadas.

Essa ação da Coofecs é uma forma de contribuir com a comunidade e praticar solidariedade, o que ajuda na manutenção de um canal de comunicação aberto com a comunidade local e suas necessidades. Vale ressaltar que Farfus et al. (2007) afirmam que a inovação social se fundamenta em uma ideia mais abrangente de desenvolvimento, na qual políticas e ações que visam o desenvolvimento não necessitam apenas conter objetivos econômicos, mas também os não econômicos como a justiça, igualdade, solidariedade, inclusão, sustentabilidade, entre outros.

Diante do exposto, verificou-se que a Coofecs apresenta inovação social na dimensão Inovação. Tais ações, que surgiram para atenuar as dificuldades de um grupo, se caracterizam como finalidade por priorizarem as necessidades da coletividade, o bem comum, o interesse geral e a cooperação. Esta dimensão se caracteriza em uma escala das inovações sociais de caráter local ou localizado em um dado município ou bairro, o que também está de acordo com o que ressaltam Tardif et al. (2005).

Dimensão atores

Para que a Coofecs exista, houve o envolvimento de vários atores. No início, o Governo do Estado participou com o projeto de criação dos Centros de Produção Comunitário (CPCs), sendo um deles instalado no Bairro Santa Tereza, em 1995, no qual reuniu 10 mulheres para trabalharem. O governo do

Estado firmou parceria com o SENAI, que ministrou o treinamento de corte e costura para as envolvidas no projeto. Elas também receberam do SEBRAE um curso de administração para pequenas empresas.

Por meio do agrupamento no CPC, as mulheres se organizaram e criaram uma associação e, posteriormente, a cooperativa. Durante este processo, houve a participação de outros atores: a Universidade Federal de Roraima (UFRR), por meio da Incubadora Tecnológica (PITCPES); a Igreja Católica; e a Secretaria do Trabalho e Bem Estar Social (SETRABES). Houve, ainda, a participação dos atores da sociedade civil, por meio das próprias cooperadas que são as usuárias da inovação social.

Na classificação de atores sociais de Tardif e Harrisson (2005), destaca-se a participação de atores institucionais na criação e no acompanhamento do crescimento do empreendimento. Conforme a classificação estabelecida por Rollin e Vincent (2007), o Governo do Estado pode ser classificado como o titular da ideia, financiador e apoiador. Os parceiros como SEBRAE, SENAI, UFRR e a SETRABES podem ser classificados como os apoiadores e parceiros. As mulheres participantes do projeto são os atores da sociedade civil e, ao mesmo tempo, usuárias da inovação social.

Há, ainda, a participação da Igreja Católica que, pelo apoio dado a Coofecs, pode ser classificada como um ator social de movimento associativista, que tem a proposta de fortalecer o desenvolvimento sustentável, solidário e a inclusão social dos grupos desfavorecidos, conforme ressaltam Tardif et al. (2005).

Outro ator apoiador importante para a Coofecs diz respeito ao Fórum Brasileiro de Economia Solidária. Este Fórum busca garantir articulação entre três segmentos do movimento de Economia Solidária: empreendimentos solidários, as entidades de assessoria e fomento e os gestores públicos. A respondente 01 afirmou que a Coofecs está totalmente envolvida com o Fórum, que se tornou um espaço de reivindicações políticas e sociais. As reuniões acontecem uma vez por semana, nas quais as cooperadas obtêm várias informações que contribuem para prática contínua do trabalho coletivo e da solidariedade.

Fica evidenciada a dimensão Atores na Coofecs, pois houve o envolvimento das instituições estatais, dos movimentos comunitários/associativos, da sociedade civil e de entidades privadas que apoiaram e apóiam as iniciativas da Coofecs, para o alcance dos objetivos sociais e econômicos. Enfim, ocorre um processo de aprendizagem coletivo cujo objetivo final é a cooperação, seja pelo envolvimento nos acordos formais, nas negociações ou nas parcerias com a intenção de gerar adequada governança.

Dimensão processo

Durante o processo de criação da Coofecs, ocorreu a mobilização das mulheres, sendo que inicialmente foram mobilizadas pelo governo do Estado para participarem ativamente da criação dos Centros Comunitários. Esta participação contínua, durante todo o processo, culminou com a criação da Cooperativa. Ficou evidenciado para a respondente 06 que, na Coofecs, se desenvolveu não só o aprendizado de novas técnicas, mas também novas relações, em que a amizade, a confiança e o respeito

mútuo são praticados no dia a dia, facilitando o crescimento pessoal e econômico, o que tem gerado aprendizado coletivo e solidário entre as cooperadas.

As atividades da Coofecs são coordenadas por meio da presidente da cooperativa, que faz as reuniões e assembleias, na qual as decisões são tomadas, definidos os planos e divididas as atividades a serem desenvolvidas por todas as cooperadas.

A mobilização das cooperadas acontece por meio dos Fóruns de Economia Solidária, das assembleias e convocação para reunião, em que são colocados e discutidos os problemas enfrentados, as reivindicações e as lutas, para que, com a contribuição de todos, seja alcançada uma solução satisfatória.

As maiores restrições apresentadas no decorrer dos anos do empreendimento, diz respeito à baixa qualificação e à falta de conhecimento das cooperadas, sendo que tal afirmação foi feita por 08 das 12 respondentes. Outra restrição citada se refere aos contratos para a confecção do fardamento das escolas estaduais com o governo do Estado, que terminaram. Então, as associadas tiveram que ir às escolas oferecendo o fardamento. A execução desta atividade é realizada pela presidente da Coofecs.

Há, ainda, a restrição que diz respeito à participação de metade das cooperadas nas atividades da cooperativa, pois, segundo a presidente da Coofecs, das 20 cooperadas, apenas 10 participam ativamente, por isso elas procuram sempre o diálogo para tentar sanar esta dificuldade.

Considerando os modos de coordenação da Coofecs, dos meios envolvidos, das limitações e sua implantação, da mobilização e participação dos atores, suas complexidades, tensão dos atores e restrições apresentadas, fica evidente que a dimensão Processos está presente na Coofecs. Percebeu-se que na Coofecs existe um processo de aprendizagem coletivo, com objetivo de cooperação, envolvimento nas negociações, nos acordos formais e parcerias, com o intuito de motivar uma boa governança.

Verificou-se que os produtos, processos e serviços da Coofecs geraram transformação, inclusão social, trabalho e renda e, principalmente, melhorou a qualidade de vida das cooperadas e de suas famílias. Portanto, conclui-se que a inovação social está presente na Coofecs.

REFLEXÕES CONCLUSIVAS

O objetivo deste estudo foi identificar as cinco dimensões de inovação social na Coofecs, fundamentando-se no quadro de síntese elaborado por Tardif et al. (2005). Especificamente, identificar e descrever as ações de inovação social da Coofecs; verificar a importância destas ações para a comunidade onde a Coofecs está inserida; e analisar se houve transformações e melhorias na qualidade de vida das cooperadas da Coofecs.

Realizada a investigação, foi possível fazer a aplicabilidade do quadro de síntese das dimensões de inovações sociais proposto por Tardif et al. (2005). Assim, foi possível identificar cada uma das cinco dimensões dentro da Coofecs.

Ficou evidenciado que o local onde se estabeleceu a cooperativa era palco de vários problemas econômicos e sociais, o que configurou a Dimensão Transformações em contexto de crise, modificações estruturais, emergência, exclusão e adaptações.

Foram identificados na dimensão Caráter Inovador, as tentativas, os experimentos e a institucionalização das ações de inovações sociais da Coofecs.

Verificou-se que, na Dimensão Inovação, as ações da Coofecs surgiram para atenuar as dificuldades de um grupo, se caracterizam como finalidade por priorizarem o atendimento das necessidades da coletividade, o bem comum, o interesse geral e a cooperação.

Já na Dimensão Atores, percebeu-se o envolvimento das instituições estatais, dos movimentos comunitários/associativos, da sociedade civil e de entidades privadas que apoiaram e apoiam as iniciativas da Coofecs, para que houvesse o alcance dos objetivos sociais e econômicos.

Na Dimensão Processos, ficaram evidenciados os modos de coordenação, dos meios envolvidos, das limitações e sua implantação, da mobilização e participação dos atores, suas complexidades, tensão dos atores e restrições apresentadas.

Constatou-se que houve transformação e melhoria na qualidade de vida das cooperadas. Ficaram evidenciados, também, resultados positivos que abrangem as pessoas da comunidade local, uma vez que a Coofecs promove oportunidade de trabalho e renda, aprendizado, além de desenvolvimento de relações econômicas e sociais baseadas na cooperação e na solidariedade.

Verificou-se que as ações de inovação social da Coofecs estão presentes desde a implantação do projeto e que estas ações têm alcançado relevância social e econômica na vida das pessoas envolvidas no processo.

Este estudo contribui para suscitar melhor compreensão e identificação da inovação social em cooperativas de empreendimentos solidários e para avanços das pesquisas na área.

Assim, sugere-se que sejam aprofundados estudos com a comunidade onde a Coofecs está inserida, visando compreender o impacto econômico e social produzidos pelas ações de inovação social na comunidade, e o aprofundamento sobre as relações dos atores financiadores e apoiadores com os atores usuários da inovação social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- André I et al. (2006). Dimensões e espaços da inovação social. Finisterra – Revista Portuguesa de Geografia, pp. 121-141. Disponível em: <http://www.ceg.ul.pt/finisterra/numeros/2006-81/81_06.pdf>. Acesso em 10 jan. 2020.
- Araújo MRJ (2015). A economia solidária como um instrumento de política pública para a emancipação humana: um estudo a partir da secretaria de economia solidária do Distrito Federal. 75p. Monografia

(Graduação) - Universidade Aberta do Brasil, Brasília-DF. Disponível em: <http://bdm.unb.br/bitstream/10483/11874/1/2015_MaxwelRodriguesJacobinaAraujo.pdf>.

Acesso em: 10 jan. 2020.

Arcanjo Rse et al. (2012). O cooperativismo popular na perspectiva da economia solidária como instrumento de inclusão social produtiva. In: Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia, Resende-RJ. Disponível em: <<http://www.aedb.br/wp-content/uploads/2015/04/23316315.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2020.

Azevedo FF et al. (2016). Espacialidade da economia solidária no Brasil. Biblio 3W, Universidad de Barcelona, v. XXI, n. 1.148, Barcelona. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/b3w-1148.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2020.

Bignetti LP (2011). As inovações sociais: uma incursão por ideias, tendências e focos de pesquisa. Revista Ciências Sociais Unisinos, São Leopoldo/RS, v. 47, n. 1, p. 3-14, jan/abr. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/ciencias_sociais/article/view/1040/235>. Acesso em: 11 jan. 2020.

Cloutier J (2003). Qu'est-ce que l'innovation sociale? In: CRISES. Centre de Recherche sur les Innovations Sociales. Cahier du CRISES. Québec. Disponível em: <https://crises.uqam.ca/upload/files/publications/etudes-heoriques/CRISES_ET0314.pdf>. Acesso em: 11 jan. 2020.

Farfus D et al. (2007). Inovações sociais. Curitiba: SESI/SENAI/IEL/UNINDUS. Coleção Inova, v. 2, 246 p. Disponível em: <https://www.unisul.br/wps/wcm/connect/871e5d0b-7cbf-4c74-bb13-9ce4575f05bf/livro_inovacoes-sociais-vol-II_agetec.pdf?MOD=AJPERES>. Acesso em: 10 jan. 2020.

Fleury S (2011). Programa de estudos sobre a esfera pública - PEEP. Disponível em: <<http://ebape.fgv.br/pp/peep/apresentacao>>. Acesso em: 11 jan. 2020.

Gaiger LI (2013). A economia solidária e a revitalização do paradigma cooperativo. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 28, n. 82, jun. 2013, p. 211-228, Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, São Paulo, Brasil. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=10727637017>>. Acesso em: 12 jan. 2020.

Gaiger LI (2015). A economia solidária na contramarcha da pobreza. Sociologia, Problemas e Práticas (online), n. 79, p. 43-63. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Rio Grande do Sul, Brasil. Disponível em: <<http://www.scielo.mec.pt/pdf/spp/n79/n79a03.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2020.

Maurer AM (2011). As dimensões de inovação social em empreendimentos econômicos solidários do setor de artesanato gaúcho. 191 p. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/10493517->

Universidade-federal-do-rio-grande-do-sul-escola-de-administracao-programa-de-pos-graduacao-em-administracao-angela-maria-maurer.html> Acesso em: 10 jan. 2020.

Moisés PM (2009). O trabalho na economia solidária: estudo de caso sobre a rotatividade em uma associação de reciclagem. 163 p. Dissertação (Mestrado em Psicologia), Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/TMCB-7X3MJ5/1/disserta__o_patr_cia_meireles_mois_s__vers_o_final_21_out.pdf>. Acesso em: 11 jan. 2020.

Ocb (2020) (Organização das Cooperativas Brasileiras). Princípios do cooperativismo. Disponível em: <<https://www.ocb.org.br/o-que-e-cooperativismo>>. Acesso em: 10 jan. 2020.

Oliveira NDA (2013). Desenvolvimento sustentável, inovação, tecnologia social e empreendedorismo coletivo em relacionamentos intercooperativos: sistema creditag e cooperativas de produção agrícola de Rondônia. 279 p. Tese (Doutorado em Administração), Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Escola de Administração, Porto Alegre. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/69721/000874792.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 12 jan. 2020.

Rollin J et al. (2007). Acteurs et processus d'innovation sociale au Québec. Québec, Université du Québec. Disponível em: <<http://www.rqis.org/wp-content/uploads/2015/09/Acteurs-et-processus-dinnovation-sociale-au-Qu%C3%A9bec.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2020.

Silva FL (2016). Entrevista gravada, que foi concedida a uma das autoras do artigo pela presidente da Coofecs.

Simioni FJ et al. (2009). Lealdade e oportunismo nas cooperativas: desafios e mudanças na gestão. Revista de Economia e Sociologia Rural. Piracicaba, SP, v. 47, n. 3, p. 739-765, jul./set. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/resr/v47n3/v47n3a10.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2020.

Singer P (2003). Economia solidária. In: Cattani AD (org.). A outra economia. Porto Alegre: Veraz Editores, p. 116-125.

Soares MCB (2014). As possibilidades de articulação entre inovação e empreendedorismo e as economias nos territórios de baixa densidade: o caso das Lameiras. 146p. Dissertação (Mestrado em Intervenção Social, Inovação e Empreendedorismo) - Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Coimbra. Disponível em: <<https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/27587/2/Vers%C3%A3o%20Final%20da%20Tese%20de%20Mestrado.pdf>>. Acesso em: 12 jan. 2020.

Souza ACAA (2014). Dimensões da inovação social no semiárido cearense: o caso Agência de Desenvolvimento Econômico Local (ADEL). 172 p. Dissertação (Mestrado em Administração e

Controladoria) - Universidade Federal do Ceará, Ceará. Disponível em: <www.repositorio.ufc.br/ri/handle/riufc/15084>. Acesso em: 10 jan. 2020.

Souza ACAA et al. (2014). Dimensões da Inovação Social e Promoção do Desenvolvimento Econômico Local no Semiárido Cearense. In: XXXVIII Encontro da ANPAD - EnANPAD, Rio de Janeiro/RJ. Anais EnANPAD. Disponível em: <<http://www.anpad.org.br/admin/pdf/GCT283.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2020.

Tardif C et al. (2005). Complémentarité, convergence e transversalité: La conceptualization de l'innovationsocialeau, CRISES. In: CRISES. Centre de Recherche Sur Les Innovation Sociales. Cahiersdu CRISES. Québec. Disponível em: <https://crises.uqam.ca/upload/files/publications/etudes-theoriques/CRISES_ET0513.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2020.

Taylor JB (1970). Introducing Social innovation. The Journal of Applied Behavioral Science, v. 6, n. 1, pp. 69-77, March. Disponível em: <<http://jab.sagepub.com/content/6/1/69.full.pdf+html>>. Acesso em: 10 jan. 2020.

Yin RK (2005). Estudo de caso: planejamento e métodos. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 212 p.

ÍNDICE REMISSIVO

A

atendimento educacional, 60, 63
auxílio emergencial, 7, 13, 14, 17, 19, 20

C

cooperativismo, 4, 68

E

economia solidária, 68, 74, 76, 78, 79
educação especial, 4, 59, 60, 61, 63, 64, 65, 67
educação profissional, 59, 60, 61, 65, 67
execução da despesa pública, 41, 42, 45, 50, 51, 52, 55

G

gestão de processos, 4
gestão pública, 38, 51

I

IFRN, 4, 22, 23, 31, 32, 35, 36, 39
impacto socioeconômico, 4, 6
inclusão, 4, 32, 33, 35, 60, 61, 62, 64, 65, 67, 68, 71, 72, 77, 78, 79, 81

inovação social, 4, 68, 69, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82

O

ordem cronológica de pagamentos, 41, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 58

P

pregão eletrônico, 4, 24, 25, 31, 32, 36
processo licitatório, 4, 23, 24, 25, 30, 31, 33, 34, 35, 36
Programa Bolsa Família, 14, 19
Programa Mulheres Mil, 23, 25, 31, 33, 35, 39

R

renda básica universal, 4, 6, 7, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20
renda mínima, 4, 6, 7, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20

V

vulnerabilidade socioeconômica, 6, 7, 14, 17, 18, 19

SOBRE O ORGANIZADOR



ID Hudson do Vale de Oliveira

É Doutorando em Administração no Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Faz parte do Núcleo de Inovações Sociais na Esfera Pública (NISP), atuando, também, no Observatório de Inovação Social de Florianópolis (OBISF). É Doutor em Agronomia pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). É Mestre em Agronomia pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). É Especialista em Gestão de Cooperativas pela Universidade Federal de Roraima (UFRR). É Graduado em Agronomia pela Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA), em Administração pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) e em Comunicação Social (Jornalismo) pela UFRR. É Professor Efetivo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR), Campus Boa Vista Zona Oeste (CBVZO). Possui experiência e interesse de projetos (pesquisa e extensão) nas seguintes áreas: Agronegócios, Sustentabilidade, Cooperativismo, Gestão de Pessoas, Gestão Pública, Inovação Social e Educação. Email para contato: HUDSON.OLIVEIRA@IFRR.EDU.BR

O segundo volume da obra “Organizações Públicas, Privadas e da Sociedade Civil: Gestão, Inovação e Responsabilidade Social” traz cinco capítulos com reflexões que se inserem na dinamicidade com que a sociedade se modifica e, conseqüentemente, exige das organizações – sejam elas públicas, privadas ou da sociedade civil – o desenvolvimento de práticas e de ações que sejam condizentes com as demandas que surgem continuamente, inclusive potencializadas pelo contexto pandêmico.

ISBN 978-658831949-9



Pantanal Editora

Rua Abaete, 83, Sala B, Centro. CEP: 78690-000
Nova Xavantina – Mato Grosso – Brasil
Telefone (66) 99682-4165 (Whatsapp)
<https://www.editorapantanal.com.br>
contato@editorapantanal.com.br